

Além de Greta Thunberg

Retratos de Jovens Negros e
Periféricos na Linha de Frente à
Emergência Climática no Brasil



Beatriz Carneiro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO ESCOLA DE
COMUNICAÇÕES E ARTES DEPARTAMENTO DE
JORNALISMO E EDITORAÇÃO

BEATRIZ CARNEIRO SARAIVA

*Além de Greta Thunberg: Retratos de Jovens Negros e Periféricos
na Linha de Frente à Emergência Climática no Brasil*

São Paulo
2023

BEATRIZ CARNEIRO SARAIVA

Além de Greta Thunberg: Retratos de Jovens Negros e
Periféricos na Linha de Frente à Emergência Climática no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Jornalismo e Editoração, da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Pelegrini Ratier

São Paulo
2023

Nome: Saraiva, Beatriz Carneiro.

Título: Além de Greta Thunberg: Retratos de Jovens Negros e
Periféricos na Linha de Frente à Emergência Climática no Brasil

Aprovado em: __/__/____

Banca:

Nome:

Instituição:

Nome:

Instituição:

Nome:

Instituição:

AGRADECIMENTOS

Com muito orgulho digo que nasci e fui criada numa pequena cidade no interior do Ceará, chamada Pereiro e, agora, depois de alguns anos de muito estudo, estou me formando na maior universidade da América Latina.

Gostaria de agradecer ao meu pai, Francisco Cândido Saraiva, agricultor, por me dar palavras de conforto quando eu pensei em desistir. Agradeço também à minha mãe, Maria Carneiro Saraiva, dona de casa, por ter me ensinado o poder transformador da educação. Mesmo sem terem tido a chance de estudar para concluir o ensino fundamental, foram eles que me incentivaram a estudar para mudar a minha realidade.

Agradeço especialmente à minha irmã mais velha, Rosiane Carneiro Saraiva, por ter cuidado de mim desde criança e por nunca ter soltado minha mão. À minha irmã, Evanilda Carneiro Saraiva, por ter me ajudado a pagar meu cursinho pré-vestibular e abrir as portas da sua casa em São Paulo para me receber. Ao meu irmão, Felipe Carneiro Saraiva, que mesmo de longe sempre me disse o quão orgulhoso se sentia da minha trajetória. Diferente de mim, que pude chegar com muita luta ao ensino superior, meus irmãos não tiveram essa oportunidade, mas me ajudaram para que eu pudesse ser a primeira. Eu sou o que um dia eles almejavam ser.

Não poderia deixar de citar meu sobrinho, Victor Gabriel Carneiro dos Anjos, de 8 anos, que, com a inocência de uma criança, recebia-me na volta para casa depois de trabalhar e estudar o dia inteiro com um abraço.

Também agradeço aos professores do ensino médio por terem acreditado no meu potencial em meio ao descaso e à falta de perspectivas dos estudantes de escolas públicas.

Aos meus companheiros da graduação Kaynã de Oliveira, Gabrielle Abreu, Catarina Virginia, Mayara Prado, Edson Junior e Matheus Zanin. Partilhar essa jornada com vocês, sem sombra de dúvidas, é sinônimo de só quem está no corre diário sabe a importância de compartilhar momentos. A jornada até aqui não seria a mesma se não tivesse vocês.

Kaynã, Gabrielle e Catarina, eu não poderia jamais esquecer o desespero de sair cedo, pelo menos vinte a trinta minutos mais cedo da aula, para pegar o ônibus e último trem para chegar em casa. Só quem é periférico sabe o tamanho da luta. Obrigada por dividirem essa experiência comigo.

Agradeço também à Universidade de São Paulo por ter sido a minha segunda casa durante esses quatro anos e meio. Ao meu professor, Rodrigo Pelegrini Ratier, que chegou há poucos meses ao curso de jornalismo e não hesitou quando fiz o pedido para ser meu orientador.

Por último, mas não menos importante, minha eterna gratidão a todas as fontes que tornaram esse trabalho possível. Meu muito obrigado!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Coalizão	Coalizão Negra por Direitos
COP	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
COP26	26ª Conferência do Clima das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CYCSC	Constituinte de Crianças e Juventudes em Comunidades Sustentáveis
FEM	Fórum Econômico Mundial
GT ODS	Grupo de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCC	Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbica, gay, bissexual, transgênero, transexual, queer, intersexo e assexual
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Oela	Oficina Escola de Lutheria da Amazônia
OCA	Observatório da Costa Amazônia
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONU	Organização das Nações Unidas
Perifa	Perifa Sustentável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RRI	<i>Rights and Resources Initiative</i>
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém
UPG	<i>United People Global</i>
WRI	<i>World Resources Institute</i>
WHRC	<i>Woods Hole Research Center</i>
YCL	<i>Youth Climate Leaders</i>

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	10
<i>Justiça Ambiental e Movimento Negro na Pauta Climática</i>	19
<i>Deslocada Climática, ela Quer Escurecer o Debate sobre a Crise</i>	28
<i>Todo Dia ela Faz Tudo Sempre Igual: a Missão de Amanda nas Periferias</i>	36
<i>Ativismo em um Corpo Trans no Amazonas: “Sou Parte Prioritária da Luta Ambiental”</i>	43
<i>Das Vivências na Periferia de Belém a Jovem Liderança Climática</i>	54
<i>Considerações Finais</i>	64
<i>Referências</i>	66

INTRODUÇÃO

Qual rosto representa a juventude na luta contra as mudanças climáticas¹ no mundo? Provavelmente, assim como eu, antes de concluir esse livro você responderia que é a garota de cabelos loiros, olhos claros e branca, chamada Greta Thunberg: jovem sueca e ativista pelo clima, de apenas 20 anos.

Ficou conhecida, mundialmente, depois de faltar às aulas escolares em uma sexta-feira, em agosto de 2018, para protestar sozinha em frente ao prédio do parlamento sueco com um cartaz em mãos com os dizeres: “Greve escolar pelo clima”. Ela estava se posicionando contra as ondas de calor e os incêndios que afetaram a Suécia, chegou a virar capa dos noticiários do mundo. Nas redes sociais, tornou-se um fenômeno: só no Instagram, hoje, a jovem acumula mais de 14 milhões de seguidores.

Foi escolhida como a “pessoa do ano”, pela Revista *Times*², em 2019. No ano seguinte, era inegável o seu poder de influência e inspiração para muitos jovens, sejam eles brancos, amarelos, indígenas ou negros. Greta deu início a um ato solitário que mais tarde virou o movimento *Fridays for Future*³, também conhecido como “Jovens pelo Clima”.

1 A mudança do clima é causada pela ação humana na Terra, como a queima de combustíveis fósseis derivados de petróleo, carvão mineral e gás natural, para geração de energia, atividades industriais e transportes. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-s%C3%A3o-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas>>.

2 A ativista Greta Thunberg foi a pessoa mais jovem a ser indicada individualmente ao título de pessoa do ano pela revista *Time*. Disponível em: <<https://time.com/person-of-the-year-2019-greta-thunberg/>>.

3 *Fridays for Future* é um movimento internacional de estudantes que faltam às aulas nas sextas-feiras para participar de protestos contra a falta de ação política diante da crise climática. O movimento teve início depois que a es-

Apesar de toda repercussão, seria justo assumir que Greta representa a juventude de todos os continentes sobre pautas a respeito das vivências mais drásticas das mudanças climáticas? Uma jovem ativista negra teria a mesma visibilidade que ela?

Vanessa Nakate, de 26 anos, com certeza responderia que não. Nascida em Uganda, na África, Vanessa — porta-voz no continente africano contra as mudanças climáticas e fundadora do movimento *Rise-Up*, responsável por amplificar as vozes africanas na luta contra as mudanças climáticas — só ficou conhecida pelo mundo depois de ter sido cortada em uma foto⁴, em que aparecia num grupo com Greta no Fórum Econômico Mundial (FEM), em Davos, na Suíça, em 2020. Das cinco ativistas fotografadas pela agência de notícias, *Associated Press*, Vanessa era a única negra. Em resposta à *Associated Press*, no Twitter,⁵ a ativista ugandesa argumentou:

“Você [*Associated Press*] não apenas apagou uma foto, você apagou um continente. Já me disseram que eu devia ficar sempre ao centro quando tiro fotos de grupo para não correr este risco. Nem quero acreditar que tenha de ser assim, mas eu sou mais forte do que nunca [...] Nós não merecemos isso. A África é o continente menos emissor de carbono, mas somos os mais afetados pela crise climática [...] Tentar apagar nossas vozes não vai mudar nada.”

Em novembro de 2021, ao acompanhar pelo noticiário a cobertura da 26ª Conferência do Clima das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)⁶, conhecida como o mais impor-

tudante Greta Thunberg começou a protestar em agosto de 2018, em frente ao parlamento da Suécia. Disponível em: <<https://fridaysforfuture.org/>>.

4 Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ouC57>>.

5 Disponível em: <<https://goo.su/MQjP7>>.

6 A Conferência das Partes (COP) é um órgão decisório da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC), adotada em 1992. Anualmente, países membros da convenção, incluindo

tante evento sobre clima, na cidade de Glasgow, na Escócia, eu pude conhecer rostos diferentes da conhecida ativista sueca.

Sentindo na pele os efeitos de um planeta mais quente⁷, jovens negros do Brasil, que não estavam estampando capas de revistas ou jornais, gritavam nas ruas de Glasgow: “Não existe justiça climática sem justiça racial”. Eles estavam tentando ser ouvidos e vistos no debate climático mundial e nacional.

Quem seriam esses jovens? Em quais periferias do Brasil moravam? Quais são as suas histórias? Qual a relação entre justiça climática e racismo? Na época, fiz essa série de interrogações.

Ainda durante a COP26, no ato conhecido como “Marcha pelo Clima”, que tomava às ruas da cidade, pude ver que essa juventude estava representando movimentos negros do Brasil como a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ)⁸ e a Coalizão Negra por Direitos,⁹ que levou mais de 200 representantes para a conferência. Eles estavam lá para denunciar o racismo ambiental vivido por eles nas periferias do Brasil.

Cunhado inicialmente, em 1981, pelo afro-americano Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr., ativista do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos, o termo racismo ambiental se refere ao processo de discriminação que populações das peri-

o Brasil, reúnem-se para rever a implementação da convenção. No âmbito da COP21, que ocorreu em 2015, foi criado o Acordo de Paris, que reconhece explicitamente as mudanças climáticas como uma ameaça para as sociedades humanas e para o planeta. Disponível em: <<https://unfccc.int/>>.

7 “A Terra está 1,09°C mais quente comparado ao 1,07°C no período pré-industrial. Esse aquecimento, que parece pequeno aos nossos olhos, torna o aumento do nível do mar, o degelo e a mudança nos oceanos movimentos irreversíveis. Isso significa que teremos eventos climáticos extremos, como tempestades, secas, ondas de calor, furacões, tornados e enchentes cada vez mais frequentes em intervalos menores e com muito mais intensidade” (ROBINSON; MARY, 2021, p.16).

8 Disponível em: <<https://conaq.org.br/>>.

9 Disponível em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/>>.

ferias ou compostas de minorias étnicas sofrem através da degradação ambiental. Configurando-se assim como um tipo de *apartheid* ambiental.

Em outras palavras, significa que nós estamos vivendo a mesma tempestade quando falamos sobre mudanças climáticas, mas não estamos no mesmo barco. Ou seja, grupos marginalizados estão mais propensos a sentir as consequências de eventos climáticos extremos como furacões, tempestades e deslizamentos de terras.

Em plena conferência, integrantes negros da Coalizão mostraram esse fato através do lançamento de uma carta intitulada “Para controle do aquecimento do planeta — desmatamento zero: titular as terras quilombolas é desmatamento zero¹⁰”.

No documento, além de defender a titulação de terras de povos tradicionais, eles também denunciavam a ausência de políticas públicas no Brasil para combater as injustiças ambientais e a existência do racismo ambiental. Um trecho da carta dizia:

o debate fundamental de racismo ambiental ainda não encontra ampla adesão, ou é negado, pelos movimentos ambientalistas no Brasil, assim como falta racializar as políticas públicas ambientais. Como resultado, temos a falta de segurança ambiental aos territórios urbanos e rurais de maioria populacional negra, impactada pela expropriação, poluição hídrica, atmosférica, pelos eventos climáticos extremos, pela morada em áreas de risco, pelo despejo de resíduos, pelo não acesso aos serviços de saneamento básico, impactados pelas enchentes, deslizamentos, doenças de veiculação hídrica, entre outros.

10 Disponível em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2021/11/05/para-controle-do-aquecimento-do-planeta-desmatamento-zero/>>.

Sucessivos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)¹¹, desde 1990, têm alertado o mundo sobre as consequências do aquecimento global, mostrando que a população mais vulnerabilizada é a principal vítima.

No livro *Justiça Climática*, a escritora Mary Robinson mostra o que são as mudanças climáticas. Robinson é ex-presidente da Irlanda e enviada especial da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mudanças climáticas, eu me dei conta, não era mais uma abstração científica, mas um fenômeno causado pelo ser humano que impactava às pessoas — primeiramente às mais vulneráveis — em todo o mundo. Enquanto as nações industriais continuavam a construir suas economias com a exploração dos combustíveis fósseis, os mais desvalidos ao redor do mundo sofriam mais com os efeitos da mudança climática [...] Essas comunidades eram desproporcionalmente afetadas devido a sua já vulnerável localização geográfica e sua dificuldade de adaptação às mudanças climáticas (p. 36)

Em termos de responsabilização, Robinson conclui que os países desenvolvidos são os principais responsáveis pela emissão de gases causadores do efeito estufa. Em contrapartida, países emergentes emitem menos e sofrem mais as consequências dos impactos climáticos.

Divulgado em 2022, o relatório do IPCC¹² mostrou que praticamente metade da população mundial — de 3,3 bilhões a 3,6

11 É uma organização científica criada, em 1988, no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU), pela iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Ele tem como objetivo divulgar dados sobre as mudanças climáticas no mundo.

12 Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>>.

bilhões de pessoas — já vive em regiões ou contextos “altamente vulneráveis” aos impactos da mudança do clima.

Ainda segundo o estudo, a vulnerabilidade climática é ainda maior em áreas pobres, agravando-se ainda mais por desigualdades de raça, renda e gênero. O relatório também revela que nas cidades do Brasil e do mundo, as populações de periferias e favelas formam a linha de frente da crise do clima.

Para a ativista do movimento negro Ana Claudia Sanches, pesquisadora de desigualdades socioambientais e raça sob a ótica do racismo ambiental, ao trazer essa conclusão, o IPCC aponta a ausência no poder público na construção de políticas capazes de frear as consequências de eventos climáticos extremos.

“Isso evidencia, que quem está pensando em possibilidades — sem dinheiro, estrutura e poder — são as populações desses próprios territórios. Até o IPCC e a própria ONU só estão começando a falar sobre o racismo ambiental agora”, explica Ana.

Quando a juventude negra e periférica grita que “não existe justiça climática sem justiça racial”, eles estão expressando que vidas negras também importam quando falamos sobre meio ambiente.

Reconhecido no preâmbulo do Acordo de Paris¹³, tratado mundial que possui como objetivo reduzir o aquecimento global abaixo de 2°C até 2050, o termo justiça climática — que tem circulado na boca da juventude — coloca as pessoas e as questões éticas como prioridade no combate ao aquecimento global.

O conceito funciona a partir do entendimento de que os países e regiões com maior desenvolvimento causam maior impacto

13 O Acordo de Paris foi estabelecido entre 195 países durante a COP21, em Paris. Entrou em vigor no dia 4 de novembro de 2016. Inclusive, o Brasil também assinou o tratado, tendo como meta, até 2025, a redução de suas emissões de gases do efeito estufa em até 37%, em relação aos níveis de emissão de 2005. Disponível em: <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement>>.

nas emissões de gases de efeito estufa, mas, ao mesmo tempo, têm uma população menos vulnerável aos estragos que o aquecimento global pode trazer, como afirma a jornalista e especialista em justiça climática, reconhecida como uma das vozes expoentes no debate de raça, gênero e classe na agenda climática, Andréia Coutinho Louback, no livro *Quem Precisa de Justiça Climática no Brasil?*:

calcula-se que populações do Sul Global têm 99% de chance de sofrerem consequências negativas causadas por mudanças climáticas. Assim, o movimento da justiça climática evidencia quem são os verdadeiros responsáveis históricos por uma crise planetária que impacta, de maneira nada democrática, parcelas específicas da população. (p.19)

Para o historiador e ativista da Coalizão Douglas Belchior, enquanto houver racismo ambiental, não haverá justiça climática.

“Justiça climática sem justiça racial é uma nova forma de colonialismo. É de novo os brancos dizendo o que eles querem desse território independentemente da vida de quem vive nele”, explica ele.

A pesquisa “Além de Greta Thunberg” vem para mostrar retratos de jovens negros e periféricos que viraram ativistas climáticos no Brasil a partir das suas vivências nos territórios em que nasceram. Quando se pensa em soluções para minimizar os impactos climáticos na periferia, esses jovens se mostraram ao longo deste livro precursores de iniciativas que visam discutir a pauta ambiental nos lugares onde moram.

Os perfis pesquisados aqui mostraram que, ao longo das suas vivências, os impactos climáticos têm cor, gênero e lugar social. Todos os perfilados são negros e moradores de periferia.

Eu quis trazer ao centro deste livro jovens de diferentes lugares do país para eles mesmo pudessem contar suas distintas narrativas, mas juntos no mesmo propósito: lutar por justiça em seus territórios.

Intitulado “Deslocada Climática, ela Quer Escurecer o Debate sobre a Crise”, o primeiro perfil, com base em memórias, traz a história de Naira Santa Rita Wayand de Almeida, de 25 anos, que se tornou ativista climática após as chuvas de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 2022.

No segundo perfil, “Todo Dia ela Faz Tudo Sempre Igual: a Missão de Amanda nas Periferias”, relata-se os desafios que a jovem Amanda Costa, de 26 anos, enfrenta para democratizar a pauta climática para jovens da Brasilândia, uma das periferias mais populosas de São Paulo.

Já o perfil “Ativismo em um Corpo Trans no Amazonas: ‘Sou Parte Prioritária da Luta Ambiental’” fala sobre Vitória Galvão, de 26 anos, uma mulher trans que faz questão de entrelaçar seu corpo com ativismo climático. Moradora da periferia de Manaus, no Amazonas, aprendeu desde pequena a ver o clima em tudo que via.

No último perfil, intitulado “Das Vivências na Periferia de Belém a Jovem Liderança Climática”, conta-se a história de Waleska dos Santos Queiroz, de 29 anos, desde as experiências enquanto remanejada à luta ambiental. A jovem nasceu na periferia de Belém, no Pará, e teve que conviver desde cedo com as consequências do racismo ambiental.

Para chegar até esses jovens, precisei fazer um trabalho de pesquisa que só foi possível através das redes sociais e investigações na internet. A apuração começou em dezembro de 2022 e se estendeu até maio de 2023.

Apesar de tentar realizar algumas entrevistas presenciais durante esses seis meses, a grande maioria aconteceu de forma

online. Exceção para a entrevista com Waleska dos Santos Queiroz. Além da conversa por telas, também conseguimos marcar um encontro presencial no Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE).

Com todos os perfilados foram feitas mais de uma entrevista. Além disso, alguns perfis contaram com fontes secundárias como, por exemplo, familiares.

Também contei com a participação dos seguintes especialistas no assunto: Ana Claudia Sanches Baptista, pesquisadora na área de Participação e Mudança Social, Justiça ambiental e Racismo ambiental, conflitos e desigualdades Socioambientais com foco em comunidades periféricas; Douglas Belchior, historiador e ativista da Coalizão Negra por Direitos; Selma dos Santos Dealdina, liderança quilombola do Angelim III, Território do Sapê do Norte em São Mateus, no Espírito Santo, e coordenadora nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), e Hailey Kaas, mulher transgênero e pesquisadora em questões de gênero e sexualidade.

Feita essa apresentação para maior compreensão do tema, a seguir será abordado o primeiro capítulo deste livro. Ele se propõe a contextualizar a demanda do movimento negro dentro do tema de justiça climática e racial. Depois desse capítulo, cada um dos perfis serão apresentados.

JUSTIÇA AMBIENTAL E MOVIMENTO NEGRO NA PAUTA CLIMÁTICA

Para muitas pessoas o assunto meio ambiente pode parecer pauta de pessoas brancas e das academias, entretanto, o próprio surgimento da luta por justiça ambiental, que nasce como um movimento contra o racismo ambiental nos Estados Unidos, mostra que meio ambiente também é uma demanda da população negra.

O conceito “justiça ambiental”¹⁴ refere-se aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.

Um dos mais prestigiados pesquisadores da economia ecológica e da ecologia política, Joan Martínez Alier, defende no seu livro *O Ecologismo dos Pobres* que:

sob a bandeira da luta contra o “racismo ambiental”, segmentos de baixa renda, movimento da classe trabalhadora e grupos de pessoas de cor fundaram o movimento pela justiça ambiental, conectando os problemas ecológicos com a equidade racial e de gênero e também com a pobreza (p.232)

14 ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, Fundação Ford, 2004.

Em meados da década de 1980 e início dos anos 1990, nos Estados Unidos, áreas ocupadas majoritariamente por pessoas negras e imigrantes eram destino de instalações de resíduos poluentes e perigosos, como aterros sanitários. Mesmo comunidades negras com maior poder aquisitivo também eram vítimas dessas instalações. Enquanto isso, locais formados majoritariamente por brancos não eram escolhidos para esse tipo de alocação.

Esses grupos afetados perceberam que empresas poluentes e perigosas eram destinadas principalmente para as áreas de acordo com as características raciais dessas comunidades, o que configurava uma espécie de racismo ambiental.

O professor e escritor norte-americano Robert Bullard, considerado o pai do termo, começou a notar esse movimento a partir de um dos primeiros casos conhecidos sobre o tema, que aconteceu no condado de Warren, Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

Na obra *Quem Precisa de Justiça Climática no Brasil?*, de Andréia Coutinho Louback, o momento analisado pelo professor Bullard é descrito da seguinte forma:

A população da comunidade de Afton, majoritariamente negra, protestou contra a construção de aterro sanitário de resíduos tóxicos. Foram seis semanas de marchas e protestos de rua não violentos e de bloqueios de estradas para que os caminhões com resíduos não chegassem à comunidade. Porém, a comunidade não conseguiu conter o despejo do lixo em Afton e mais de 500 pessoas foram presas, o que configurou as primeiras prisões da história dos Estados Unidos por razões ambientais. (p. 29)

A partir desses acontecimentos envolvendo a alocação de resíduos nesses locais ocupados pela população negra, Bullard

deu início a pesquisas acadêmicas que basearam o movimento da justiça ambiental¹⁵ e desenvolvimento do conceito do racismo ambiental, criado anteriormente por Benjamin Chavis.

Bullard ajudou a evidenciar a conexão entre racismo e o meio ambiente¹⁶. Nas palavras do professor norte-americano:

o racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou diretiva que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor. O racismo ambiental se combina com políticas públicas e práticas da indústria para fornecer benefícios para os brancos enquanto transfere os custos da indústria para as pessoas negras. É reforçado por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares. Em certo sentido, 'cada instituição do Estado é uma instituição racial'. A tomada de decisões e políticas ambientais muitas vezes refletem os arranjos de poder da sociedade dominante e suas instituições. Uma forma de "cobrança" ilegal força as pessoas de cor a pagar os custos dos benefícios ambientais para o público em geral. A questão de quem se beneficia com as políticas ambientais e industriais atuais é central para esta análise do racismo ambiental e outros sistemas de dominação e exploração. (p.98)

A conclusão de Bullard desafiou o movimento ambientalista das décadas de 1960 e 1970, que estava preocupado estritamente com meio ambiente e desconectados das questões sociais. A par-

15 BULLARD, Robert Doyle *et al.* *Confronting Environmental Racism*, pp. 202-203.

16 BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. 3ª ed. Westview Press: Colorado, 2000.

tir de então, os ambientalistas foram convidados a pensar que as injustiças ambientais também têm cor e endereço.

No Brasil

A cobertura da imprensa brasileira mostrou a participação inédita do movimento negro e quilombola do Brasil na COP26, em Glasgow, na Escócia.



Ativistas negros na COP26. O historiador Douglas Belchior está no meio.

Crédito: Reprodução/ Rede Sociais

Presente em peso na conferência, ativistas e lideranças evidenciaram o conceito de racismo ambiental, denunciaram e mostraram como as mudanças climáticas têm maior impacto em grupos vulneráveis, tais quais os povos indígenas e populações negras e periféricas do Brasil e do mundo.

No dia 05 de novembro, o movimento realizou o evento “Terra, territórios e o enfrentamento ao racismo nas lutas contra a crise climática: o movimento negro brasileiro na COP26”¹⁷.

17 Disponível em: <https://vimeo.com/642500982?embedded=true&source=video_title&owner=150499874>.

Tratava-se de um espaço de debate sobre o papel do movimento negro nas discussões sobre questões climáticas e a importância dos territórios quilombolas, do campo e da cidade para um caminho com futuro melhor.

Apesar de essa ser uma das poucas vezes que a imprensa brasileira falou sobre essa participação do movimento nas conferências, esse não era o início do movimento negro do Brasil na pauta ambiental.

O historiador e ativista da Coalizão Negra Por Direitos Douglas Belchior explica que é preciso entender que desde os tempos que remontam a colonização o movimento negro luta por justiça ambiental. Ele afirma que a relação do nosso povo com o meio ambiente é intrínseca à própria vida:

“Os povos africanos que foram escravizados no Brasil e que passaram a resistir aqui, eles a partir da sua vida cotidiana defendia o direito à terra, ao meio ambiente, às religiões de matriz africana, assim como as religiões indígenas sempre tiveram nos elementos da natureza os seus deuses, os seus orixás, relação com a terra, floresta e as águas. Então não é que [a pauta ambiental] começou com o movimento. É que sempre foi, sempre esteve. É importante dizer isso, senão fica parecendo que os grupos passaram a lutar só depois que os próprios brancos disseram que tem problema climático no mundo. Os brancos só perceberam agora a catástrofe ambiental que pode levar o planeta ao fim”.

Para o ativista, a luta secular pelo direito à terra no Brasil, por parte de quilombolas e indígenas, é um exemplo da empreitada desses povos tradicionais por justiça climática.

Um estudo¹⁸ de autoria da *Rights and Resources Initiative* (RRI), *Woods Hole Research Center* (WHRC) e *World Resources Institute* (WRI), revelou que terras sob gestão de comunidades tradicio-

18 Disponível em: <<https://rightsandresources.org/en/publication/summary-toward-global-baseline-carbon-storage-collective-land>>.

nais guardam cerca de 24% do carbono estocado na superfície, um dos principais gases causadores do aquecimento do planeta.

Outro estudo¹⁹, *Climate benefits, tenure costs* (2016), do WRI, mostrou também que, no caso brasileiro, as terras indígenas têm potencial de evitar a emissão de 31,8 milhões de toneladas anuais de dióxido de carbono (CO₂), um dos principais gases causadores do efeito estufa. Isso equivale a tirar de circulação cerca de 6,7 milhões de carros por ano.

Embora o termo racismo ambiental tenha ganhado popularidade no Brasil somente nos últimos anos, Douglas defende que o movimento sempre falou sobre o tema. Não sob a mesma nomenclatura da palavra criada pela academia, mas a partir das vivências da população negra nos territórios em que vivem.

“Vou te dar alguns exemplos que falam sobre isso desde sempre no Brasil. Temos a Nilma Bentes, Zélia Amador de Deus e Dulce Pereira. São nomes para as pessoas pesquisarem e ver que é uma luta muito antiga”, conta ele.

A ativista do movimento negro e pesquisadora com foco em desigualdades socioambientais e raça sobre a ótica do racismo ambiental, Ana Claudia Sanches, também concorda com Douglas:

“A pergunta não é quando a questão ambiental climática entra dentro da luta negra brasileira, mas sim quando é que somos impedidos de poder pensar nisso como centralidade? Se pegarmos o livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus, vamos ver que ela já estava falando sobre esse assunto na década de 60 por meio de relatos que denunciavam a falta de saneamento básico, poluição de água e questões de segregação do meio ambiente dentro da periferia”.

Moradora da favela do Canindé, a escritora e poetisa Carolina Maria de Jesus narrou diariamente a realidade dela e dos filhos na comunidade. Catadora de papel e palavras, Carolina registrou

19 Disponível em: <<https://www.wri.org/research/climate-benefits-tenure-costs>>.

o esgoto a céu aberto e a degradação ambiental na favela do Canindé. “Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.” (JESUS, 1997, p.29).

Sanches explica que os desdobramentos do racismo ambiental podem ser vistos a partir das ausências do poder público: “Ele [racismo ambiental] se desdobra nas periferias de maneiras muito parecidas. Ele pode ser visto nas ausências do poder público e nas degradações constituídas por uma marginalização desses territórios. Vivemos em um estado racial na forma de dividir e de retratar corpos negros”.

“Alguém me pergunta exemplos de racismo ambiental nas periferias e eu falo sobre a falta de água constante nesses lugares. Em São Paulo, por exemplo, falta água na Brasilândia, no Jardim Ângela e em Paraisópolis, mas não falta em Pinheiros. A questão do lixo é a mesma coisa, a coleta de lixo não passa todos os dias na favela, mas passa no centro. Isso é um racismo que às vezes passa despercebido, mas que afeta a vida de quem está nesses lugares”, completa Sanches.

A coordenadora da CONAQ e ativista da Coalizão Negra por Direitos, Selma dos Santos, busca figuras históricas para tecer uma linha cronológica do movimento negro pela busca de justiça ambiental no país.

“Estamos lutando desde que Zumbi preservou uma área no quilombo, na Serra da Barriga, em Alagoas. Talvez a pauta ambiental percebeu os negros agora porque sempre estivemos nessa pauta. Inclusive se não tivessem, eles não estariam escrevendo que tem área preservada”, relembra ela.

Para Selma, a visibilidade do movimento negro na mídia em relação ao tema vem de anos de muita luta e de muita articulação entre ativistas e lideranças: “Ocupar espaço nas conferências do clima é uma das maneiras do movimento estar presente no debate”.

Enegrecer o debate ambiental também é uma demanda de dentro da agenda do movimento negro do país.

“Nossa tarefa é de cobrar e exigir que as participações se ampliem à porta racial. Temos dito que não pode existir debate ambiental sem a discussão de gênero e raça”, enfatiza Selma.

Nessa caminhada de discussão, também é preciso reconhecer o papel da Coalizão no tocante a articulações para levar pessoas pretas aos espaços de tomadas de decisões frente às discussões sobre o clima. Fundada em 2019, a organização tem se articulado de várias formas para chamar atenção para a necessidade de enegrecer o debate ambiental. Além de levar uma parte significativa de ativistas e lideranças pretas para COP26, a Coalizão também vem cobrando posicionamento de políticos para o combate ao racismo ambiental como ação transversal e estruturante para o desenvolvimento econômico brasileiro.

No dia 17 de novembro de 2022, durante a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27), em Sharm El Sheikh, no Egito, líderes da Coalizão entregaram uma carta ao então presidente eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo medidas para frear as mudanças climáticas no país.

Um trecho da carta denunciava que:

No Brasil, a população negra está diretamente afetada pelos impactos das mudanças do clima nas cidades e no campo, estamos vivendo a emergência climática. Mais de 60% da população negra no país está diretamente impactada pelos eventos extremos do clima devido às condições de moradia, alimentação, saúde, acesso à terra urbana e rural, trabalho e renda, mobilidade e localização — as desigualdades aprofundam Mulheres e Crianças Negras em vulnerabilidade²⁰.

20 Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/wp-content/uploads/2022/11/PORT_Carta-Coalizao-Negra-Lula-Justica-Climatica-e-Ambiental.pdf>.

Atuante há três anos em prol do movimento negro, Selma ressalta o papel crucial da Coalizão dentro da pauta: “a articulação é muito importante. Ela vem fazendo esse empate sério sobre a questão ambiental e tem falado da necessidade dos negros estarem em vários espaços. Aliás de estar nesses espaços de poder [Conferências do Clima]. Quando a Coalizão faz esse esforço de colocar de 10 a 12 pessoas negras do campo e da cidade na COP, então é preciso reconhecer esse avanço de enegrecer o debate ambiental”.

Enquanto grupo e coletivo, dentro da agenda climática, o movimento negro vem dialogando com entidades de dentro e fora do Brasil.

Douglas explica que “o movimento negro reivindica espaço na onda dos diálogos com às comunidades europeias. Passamos a articular esse lugar enquanto grupo e coletivo de movimentos negros através da Coalizão. Isso ganhou mais visibilidade, repercussão e notoriedade. Estamos conseguindo levar isso enquanto uma pauta política que para nós é fundamental. É uma agenda que perpassa pela titulação dos territórios quilombolas, pelo direito às terras ancestrais e também das casas de religiões africanas. Também discutimos o território nas cidades porque são muitos terreiros ancestrais que guardam o direito à terra e a memória do povo negro”.

As lideranças e ativistas negros têm colocado na mesa que se o debate ambiental não escutar às mulheres, a juventude e os negros, toda tentativa de frear às mudanças climáticas será um fracasso. Para Selma, não é possível discutir meio ambiente apenas com pessoas brancas.

“Precisamos ouvir as narrativas de quem vive nas periferias de todo o Brasil. São eles que têm suas casas invadidas pelo esgoto. Precisamos ainda mais escutar os jovens pretos que vem dessa realidade. Eles vêm com outro gás e com as chaves para mudar todo esse cenário de injustiças sobre as questões climáticas”, explica ela.

DESLOCADA CLIMÁTICA, ELA QUER ESCURECER O DEBATE SOBRE A CRISE

Eram 16:30, do dia 15 de fevereiro de 2022. Começava a chover em Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, Naira Santa Rita Wayand de Almeida, de 25 anos, moradora do condomínio BNH Corrêas, estava a poucos minutos de terminar o expediente do trabalho para levar o filho Cainã, de 4 anos, ao pediatra. A consulta era às 17:45.

Não era uma logística simples. O aplicativo informava que seria 21 minutos a pé, debaixo de forte chuva, com o filho nos braços. Naira desistiu, ligou no consultório para reagendar a consulta. “Não vou pegar essa chuva. Foi um livramento”, disse ela. Sem pedir licença e em menos de quinze minutos, a chuva inundou o condomínio em que morava.

Enquanto isso, a dez quilômetros do seu prédio, no Morro da Oficina, no Alto da Serra, ainda sem saber, Naira perdia amigos que, assim como tantos outros não conhecidos, foram arrastados pela enxurrada no centro histórico de Petrópolis.

Trabalhadores, pais, mães, filhos, crianças e pessoas que transitavam pelo centro, que voltavam do trabalho ou buscavam seus filhos na escola. Todos, sem exceção, foram soterrados pelos deslizamentos de terras.

Sem ter muito tempo para pensar ao ver a água entrar pelas paredes, ralos e vaso sanitário do seu apartamento de número 101, no bloco três, Naira recorda as ações imediatas que teve que

tomar. “A primeira coisa que eu fiz foi pegar meus documentos, juntar as coisas do trabalho. Minha mãe pegou os remédios. Peguei meu filho, minha cachorra Frida e minha mãe. E fomos pra casa da vizinha Josi, no segundo andar”.

Depois de deixar o filho, a mãe Ana Lúcia, de 43 anos, e a cachorrinha, Naira tentou voltar para o apartamento. Já não dava tempo. O nível da água havia tornado impossível a esperança de salvar mais alguma coisa no meio da maior tragédia climática da história da região. Uma das mais impressionantes da história do país.

O corpo de bombeiros contabilizou 241 pessoas mortas na tragédia. As chuvas de 2022 entraram na lista das maiores tragédias climáticas do país, com acumulados de água que chegaram a 259,8mm, em 25 horas, no dia 15 de fevereiro.

As roupas, fraldas do filho e a feira de alimentos ficaram para trás. Não houve tempo. “Fiquei com muita raiva. Tinha feito as compras um dia antes”, conta Naira. Assim como ela e a família, sete moradores do primeiro andar do condomínio foram acolhidos pela vizinha Josi.

Da janela da vizinha, impossibilitada de fazer qualquer coisa para ajudar quem também estava desesperado, Naira via um cenário cinematográfico. Um filme de terror. Carros batendo no muro com pessoas gritando por socorro, o síndico preso no telhado do condomínio, corpos boiando e sons de panelas de pressão explodindo.

Naira ainda não sabia da dimensão dos estragos causados pelo temporal nas outras áreas da cidade. Por meio do compartilhamento de vídeos nas redes sociais, principalmente dos Morros da Oficina, ela se deparou com a proporção do desespero de inúmeras famílias. “O sentimento era de impotência. Todo mundo que estava ali compartilhou da mesma dor”, relembra ela. Deitado em um colchonete no chão, o filho indagava: ‘Mamãe, o que está acontecendo?’”.

Às 22h, depois das muitas orações feitas por quem estava ali no apartamento, a chuva deu trégua. No dia seguinte, Naira voltou para a casa que havia sido o lar dela, da mãe e do filho ao longo de quatro anos.

“Nada havia restado. A água subiu tanto que a geladeira estava deitada no chão, o sofá virado ao contrário, as cadeiras quebradas. Não tínhamos condições de permanecer mais ali. Éramos nós três, não tinha mais ninguém pra nos socorrer. Doeü”, relembra a jovem. Naira e a mãe sentiam o peso de perder tudo que haviam conquistado com muito suor e trabalho. “Ninguém nunca nos deu nada. Tudo que tínhamos naquele apartamento foi conquistado pela gente”, completa ela.



Naira à esquerda, Ana Lúcia ao meio e Cainã à direita.

Crédito: Arquivo pessoal

“Me senti completamente impotente. Eu, a Naira, uma criança e uma cachorra, não sabíamos para onde ir. O que fazer das nossas vidas naquele momento?”, conta Ana Lúcia.

A partir dali, havia duas opções: ou iriam para um abrigo da prefeitura, ou para a casa de parentes. No final das contas, não

puderam contar com nenhum dos dois, mas com a solidariedade da chefe do trabalho e de amigos.

Foram 20 dias de muita correria que permitiram um recomeço dela e da família. Não mais em Petrópolis, região que foi sua casa por vinte cinco anos, mas agora em Juiz de Fora, município de Minas Gerais.

Decidiram se mudar porque a mãe de Naira, Ana Lúcia, antes mesmo de toda tragédia, precisou fazer um transplante de rim e desde então precisava se deslocar do Rio para fazer o tratamento no local. Logo, a mudança para o município mineiro encurtaria distâncias para o tratamento de Ana Lúcia.

Desde então, como Naira mesma descreve, ela é moradora de Minas como deslocada climática em razão de um desastre ambiental. O nome é autoexplicativo. Em 2022, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM)²¹, o número de deslocados no mundo por conta de desastres ambientais bateu 23,7 milhões.

Enquanto deslocada climática, era o estado que deveria ter auxiliado Naira e sua família, mas as autoridades públicas só encontraram morosidade. Mesmo depois de um ano, o governo não bateu à sua porta com nenhum tipo de auxílio financeiro ou psicológico, por exemplo.

Muito mais do que as perdas materiais, a jovem carrega no peito os traumas daquele dia. Até hoje, ela e a mãe fazem tratamento psicológico. “Quando começa a chover, ficamos desesperadas. É um dano impossível de calcular”, conta a jovem. Naira não teve o direito de chorar e assimilar o que estava acontecendo. Para complicar, a tragédia do dia 15 se somava ao mesmo ocorrido onze anos antes.

21 Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/206486-oim-lan%C3%A7a-relat%C3%B3rio-sobre-crise-clim%C3%A1tica-e-deslocamentos-for%C3%A7ados>>.

Os *flashbacks* voltam recorrentemente na mente da jovem. Em dezembro de 2001, uma tia paterna e um primo morreram por conta da chuva extrema em Petrópolis. A tragédia que tirou a vida dos familiares também levou à morte 31 pessoas. Os dados são do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro.

Em 2001, o prefeito da época, Rubens Bomtempo, decretou estado de calamidade pública e luto oficial de três dias depois de percorrer com o governador Anthony Garotinho as áreas mais atingidas pelas chuvas. A medida foi publicada no *Diário oficial*²², onde também constava uma informação impressionante: “foi o maior temporal ocorrido na cidade desde 1988. Choveu em pouco mais de 14 horas mais do que o dobro esperado para todo o mês de janeiro.”

“Eu estava no trabalho quando fiquei sabendo que a tia da minha filha estava desaparecida debaixo de toneladas de terra, mas não só ela. Pessoas que eu conhecia há anos morreram nessa chuva de 2001. Isso dói muito porque tudo isso é esquecido até que outra tragédia aconteça”, relembra Ana Lúcia.

Mesmo criança, Naira lembra da dor sentida pela família, principalmente pelo pai. Cresceu rodeada por essa sucessão de fatalidades, pela falta de oportunidades de saneamento básico e em moradias precárias.

Ainda adolescente, Naira se questionava sobre o “porquê” de tudo aquilo. E se revoltava. Ela já participava de algumas articulações locais, mas só foi a partir da vivência da dor na própria pele, em 2022, que ela entrou de vez no ativismo climático.

22 Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1aRKcYgddMs4N5TyqtXd93z1AjQ0SJDP/view>>.

“Pego minha narrativa como deslocada climática para propor soluções”

“Começo a integrar esse meu ativismo e a usar minha voz para poder mostrar que o racismo ambiental é um fato e ele é acentuado pelas mudanças climáticas, porque quando a gente pega uma comunidade ela tem cor e gênero. Você sabe quem vive e quem morre”, conta Naira. Ela, agora, não era apenas a mãe do pequeno Cainã e a filha de Ana Lúcia, mas uma gestora ambiental com foco em mudanças climáticas, adaptação e redução de danos.

Contando a própria história, a jovem peita o debate climático que, nas palavras dela, ainda é “muito branco”. “São pessoas que não tem conhecimento territorial, não têm legitimidade para poder falar. Uma coisa é estudar, que é importante, mas outra coisa é vivenciar. A gente precisa do conhecimento da experiência.” Para ela, longe de ser apenas uma discussão, as mudanças climáticas são uma realidade.

Ao longo dos meses de 2022, Naira começa a saga de procurar instituições que falassem de clima e periferia. Inicialmente, os caminhos a levam para o Perifa Sustentável, um instituto feito por jovens da periferia para mobilizar juventudes em prol de uma nova agenda de desenvolvimento com foco em justiça racial e ambiental. Na época, a organização ainda estava em processo de institucionalização.

Ela entra com dois grandes propósitos. Primeiro na área de comunicação institucional, com o objetivo de espalhar o debate climático para todos os envolvidos, desde corporações a órgãos setoriais até a galera que está na quebrada. “Começo a desenvolver projetos para tornar a periferia um lugar mais sustentável”, completa ela.

Junto com 25 jovens, Naira trabalhou em projetos de adaptação climática para os territórios periféricos. Na Brasilândia, bairro da zona norte de São Paulo, lar de aproximadamente 264 mil habitantes e uma das áreas mais atingidas pelas enchentes e falta de saneamento básico, Naira se articulou para fazer um mapeamento de riscos do local referente a desastres ambientais. O objetivo era evitar que essas pessoas passem o mesmo que ela. O foco desse projeto se concentra em periferias que têm um histórico nos últimos dez anos de chuvas extremas como Petrópolis.

Usando ferramentas que tinha em mãos como um computador e um celular, sem receber nenhum tipo de financiamento ou retorno financeiro, Naira começou na época a produzir protocolos para que as pessoas saibam agir em casos de enchentes.

“Estava fazendo uma cartilha para auto salvamento. Por exemplo, está chovendo, eu estou na minha casa em uma área de risco. O que eu posso fazer? Qual o protocolo para que haja redução dos danos? Quando chove e estou dentro de um ônibus e água entra o que eu faço? Qual a rota de fuga?”.

Dentro do Perifa Sustentável, a jovem também começou a idealizar um programa chamado “Quinta Climática” com o propósito de “escurecer” o debate e levá-lo até os jovens da periferia por meio das redes sociais. “Quando pensei nesse projeto, eu disse ‘cara, precisamos de um quadro de pessoas pretas trazendo diferentes olhares para democratizar esse debate’”, detalha.

Enquanto jovem, Naira diz não ter todas as respostas para crise climática, mas é uma pessoa que mesmo cansada da rotina diária se articula para não ser a única “preta” a falar sobre como a crise climática atinge as periferias.

Há quatro meses, começou uma nova empreitada, fundou o Movimento ESG Antirracista²³, com o intuito de combater a falta

23 Disponível em: <<https://www.linkedin.com/company/movimento-esg-antirracista/?originalSubdomain=br>>.

de representatividade negra e indígena nas pautas de sustentabilidade, ESG, meio ambiente, mudanças climáticas no corporativo e terceiro setor. “Eu não quero ser a preta de prateleira. Quero que pessoas negras, indígenas e a juventude ocupem os espaços que falam sobre a crise climática porque são eles que vivem diariamente com os impactos das mudanças climáticas. São eles que enquanto dormem podem ser soterrados pelos deslizamentos causados pelas chuvas”, finaliza.

TODO DIA ELA FAZ TUDO SEMPRE IGUAL: A MISSÃO DE AMANDA NAS PERIFERIAS

Ao contrário da canção de Chico Buarque, Amanda da Costa, 26 anos, não tem ninguém para sacudir, mas acorda religiosamente às 5 horas e parte para 16 horas de trabalho, todos os dias. Tudo sempre igual. Sua missão é popularizar e democratizar o debate climático, especialmente para a juventude periférica.

O principal desafio para colocar a tarefa em prática é simplificar o debate aos jovens que vivem na quebrada. “Muitas vezes, esse debate é colocado de forma elitizada e a galera da periferia não quer fazer parte de uma coisa branca e rica”, relata.

Moradora da Brasilândia, um dos bairros suburbanos mais populosos de São Paulo, ela faz isso através do Perifa Sustentável²⁴. O Instituto nasceu com o objetivo de democratizar discussões a respeito das mudanças no clima, tendo as periferias paulistanas como público-alvo. A organização tem crescido nas redes sociais — acumula mais de 10 mil seguidores apenas no Instagram — e na prática das ruas.

Foi a partir de uma pesquisa em iniciação científica, em 2016, durante a graduação no curso de Relações Internacionais, da Universidade Anhembi Morumbi, que Amanda começou a colocar no papel as ideias que tinha para o Perifa.

Até então, ela não imaginava que, no ano seguinte, ganharia uma bolsa por conta da pesquisa na World YMCA²⁵, organiza-

24 Disponível em: <<https://www.instagram.com/perifasustentavel/>>.

25 Disponível em: <<https://www.ymca.int>>.

ção que reconhece jovens que possam transformar o mundo, para representar a juventude brasileira na Conferência sobre Mudanças Climáticas da ONU, realizada em Bonn, Alemanha, de 6 a 17 de novembro de 2017.

Sem dinheiro para viajar, Amanda se virou como pôde. Ganhou a passagem de Dona Lídia, do departamento de Relações Internacionais, e vendeu bijuterias compradas na 25 de Março, considerada o maior centro comercial da América Latina, que fica no centro de São Paulo.

Quando conseguiu a ajuda necessária, Amanda realizou o desejo de participar de uma conferência da ONU. Em 5 de novembro daquele ano, embarcou de Guarulhos para a Alemanha.

Amanda não imaginava que essa seria sua primeira de muitas conferências. De lá para cá, também representou a juventude brasileira na COP24, na Polônia, em 2018; na COP26, no Reino Unido, em 2021 e, no ano passado, na COP27, no Egito.

A COP23, porém, foi o marco da virada da jovem, onde ela viu e sentiu na pele a falta de representação nesses espaços.

“Era um monte de homens brancos que estavam debatendo, em um espaço destinado para o Brasil, sobre crise climática e como ela iria impactar os territórios mais vulnerabilizados como o que eu vivia. Naquele momento, eu parei para pensar e perguntei: ‘por que eu não estou com um microfone, como eles?’”, diz ela indignada.

“Eu sou da Brasilândia. Uma região a cinco minutos da minha casa alaga quando começa a chover. Por morar em um território afastado, eu sei que gasto duas horas dentro de um ônibus lotado e sem ventilação para chegar ao centro da cidade. Eu entendia sobre o assunto não só porque estudei na faculdade, mas pela minha vivência”, completa a jovem.



Em pé, está Amanda da Costa

Crédito: Reprodução/ Redes Sociais

Conversamos por quase uma hora. Questionei Amanda sobre o momento no qual encontrou o debate climático como propósito de sua vida. Ela virou a cadeira a cada palavra inquieta, mas foi contundente: “Foi ele que me encontrou”.

De volta ao Brasil depois da conferência e após ter contato com o Engajamundo²⁶, uma rede de jovens brasileiros comprometidos com articulação da defesa do planeta, Amanda decidiu

26 Disponível em: <<https://engajamundo.org/pt/>>.

que seu objetivo era se tornar uma referência na área de estudos em crise climática, sustentabilidade e negritude.

Ela ingressou no Engajamundo e, após participar do programa *Sustainability Leadership Program*, capacitação voltada à promoção de desenvolvimento sustentável nos Estados Unidos, da UPG (*United People Global*), transformou o trabalho de iniciação científica em um projeto.

No período, precisou conciliar a rotina: “era uma correria louca, acordava às cinco da manhã e dormia à meia-noite. Depois da faculdade, pegava o ônibus para o estágio e, à noite, participava das reuniões do Grupo de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GT ODS) do Engaja [como ela se refere, carinhosamente, ao Engajamundo]”, conta ela.

Em paralelo, Amanda aprimorava o Perifa. Em poucos anos, o projeto se tornou um instituto onde 60 jovens negros e periféricos trabalham para partilhar uma missão que, agora, não é mais apenas de sua criadora.

Com diferentes frentes de atuação na promoção do debate climático para a juventude da quebrada, o instituto vem desenvolvendo muitas ações. No bairro Jardim Damasceno, na Brasilândia, Amanda e a rede de jovens desenvolvem, junto à diretoria Regional de Educação, um prêmio chamado “Justiça Racial e Climática”. A iniciativa tem como objetivo lecionar educação ambiental para estudantes do 5º ao 8º ano. Ainda em processo de estruturação, a proposta é atuar inicialmente no Jardim Damasceno e depois expandir para outras localidades da Brasilândia.

Os objetivos do Perifa, porém, não se restringem apenas ao local. O instituto tem a política ambiental dos governos como pauta prioritária, e pretende embarcar nessa discussão. Pensando nisso, Amanda desenvolve, em parceria com financiadores, um programa de formação com oficinas que acontecerão por meio de uma plataforma digital. Com isso, os futuros ativistas da

comunidade dominarão o assunto para poder cobrar as autoridades. “Estamos na fase de escrita e capacitação. Vamos levar essa galera para Brasília para fazer uma oficina prática. Essa galera vai bater na porta dos políticos”, diz, esperançosa.

Para aproximar a galera da comunidade com o tema, o Perifa institui que todas as quintas-feiras seria o dia de trazer um colaborador, organizador e convidado para falar como o clima se relaciona com crise climática.

Durante a programação, que acontece através do canal do Perifa, no Youtube, já foi debatido desde temas que vão de saúde mental dos jovens até suas interseções com a vivência nos territórios.

O Relatório IPCC²⁷ apontou o aumento esperado dos impactos na saúde mental de pessoas mais vulneráveis, como jovens, crianças e mulheres devido à exposição a altas temperaturas, eventos climáticos extremos e perdas econômicas e sociais relacionadas ao clima, bem como ansiedade e angústia associadas à preocupação com a crise climática.

Espaço de Escuta

Longe de ditar o que deve ser feito na periferia para combater as mudanças do clima, Amanda busca escutar e dialogar com esses espaços: “Não sou eu que vou chegar na periferia e falar sobre o que é crise climática ou não. Esse lugar é muito sobre troca e conversa.”

Gabriela Alves, moradora da Brasilândia e cofundadora do Perifa junto com Amanda, explica que as conversas promovidas buscam escutar os moradores e lideranças locais acerca da pauta ambiental.

“Ao longo deste ano, visitamos cerca de 10% da Brasilândia e mapeamos 60 projetos sobre cultura, educacional e ambiental.

27 Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>>.

A partir desse mapeamento, vamos filtrar os ligados com a pauta ambiental e estudar uma maneira de ajudá-los a financiá-los”, conta Gabriela.

Amanda completa: “a galera da periferia já discute a crise climática, mas eles não usam os nomes elitizados, científicos, das universidades e fóruns internacionais. Estou lá para aprender com minhas matriarcas e meus patriarcas e potencializar o debate. A única diferença entre eles e eu é que fui para a universidade e tive bolsa para fazer metade dos corres que eu fiz. E aprendi a usar as redes sociais”.

Amanda ainda explica que, para os moradores da Brasilândia, os principais problemas do local são a fome, o frio e o saneamento básico: “As pessoas daqui brigam por uma marmita. Estamos em um calor de 30 graus, mas o frio chega. Saneamento básico é uma parada na periferia. Tem esgoto a céu aberto, córrego com muito lixo. Por exemplo, o esgoto da casa de cima escorrer e cair na casa de baixo. Esses são os nossos desafios, e eles estão relacionados à crise climática”.

“Nunca quis ser a única preta”

Crescida no seio de uma família interracial com mãe branca e pai preto, e sem uma formação antirracista, Amanda cresceu ouvindo que “preto é pobre e tem que sair da periferia”. O sonho do pai era que ela trabalhasse em uma multinacional, para poder sair da quebrada.

Foi o que ela fez durante 23 anos de sua vida. Transitou entre o mundo periférico e o não periférico. Na Anhembi Morumbi, onde cursou Relações Internacionais, somente ela e a faxineira eram negras. No trabalho, só ela, os auxiliares de limpeza e uma analista eram negros entre os cerca de 100 colaboradores.

“O sentimento de ser a única é muito doloroso, mas uma das coisas que eu venho fazendo é ir aquilombando e trazendo pessoas comigo. Sempre trazendo pessoas para ocupar comigo. A mudança depende muito dos espaços que eu vou ocupando”, conta ela. A partir do questionamento “cadê as pessoas parecidas comigo?” e o reconhecimento enquanto mulher negra, Amanda chega à conclusão: “Não basta eu sair do sistema. Não basta eu ascender socialmente porque isso não traz uma transformação digna”.

ATIVISMO EM UM CORPO TRANS NO AMAZONAS: “SOU PARTE PRIORITÁRIA DA LUTA AMBIENTAL”

“Não sei se você percebeu, mas eu sou uma mulher trans. Uma travesti”, descreveu de cara Vitoria Galvão, de 26 anos. Fizemos uma entrevista por videochamada que durou cerca de uma hora e meia. Eu, em São Paulo, e ela, em Manaus. Estávamos a mais de 3 mil quilômetros de distância uma da outra.

Quando a questioneei como se identificava, ela não hesitou em demarcar o lugar de fala que seu corpo tem quando o assunto é mudança climática. Depois desse questionamento, ela mexia os cabelos e continuava a falar sem parar: “é muito louco estar falando sobre clima e meio ambiente porque eu sou um corpo que usualmente não está falando sobre isso. Apesar de sermos os corpos que estão sendo mais violentados, os nossos corpos geralmente não estão abordando essa pauta. Pertencemos a comunidades marginalizadas quando estamos falando de populações diminuídas, sejam elas LGBTQIA+, indígenas ou negras.”

Essa percepção de mundo não é exclusiva da jovem. Pesquisadoras da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, mostraram em um estudo²⁸ que enchentes, secas e tempestades afeta-

28 Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(22\)00088-2/fulltext#%20](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(22)00088-2/fulltext#%20)>.

ram cerca de 4 bilhões de pessoas, tirando mais de 300 mil vidas entre os anos de 2000 e 2019.

Eles concluíram, depois dessa análise, que a comunidade LGBTQIA+ sofreu ainda mais os impactos das mudanças. Por exemplo, depois do furacão Katrina, que atingiu os Estados Unidos, em agosto de 2005, pessoas LGBTQIA+ ficaram sem receber auxílio da Agência Federal de Gerenciamento de Emergências e sofreram ameaças em abrigos pós-desastre.

A semelhança é tanta que dá para fazer um paralelo entre esse contexto dos Estados Unidos e a realidade do corpo de Vitória, no bairro Zumbi dos Palmares. Foram como esses problemas, que serão descritos mais ao longo do texto, que a fizeram enxergar a necessidade de se fazer presente no ativismo climático.

Hoje, suas referências são Marina Silva, atual ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), e Txai Suruí, líder indígena da etnia Suruí, mas nem sempre foi assim. No início, ainda sem ter em quem se espelhar, Vitória precisou trilhar seu próprio caminho para se tornar o que é hoje: fundadora da Palmares Laboratório-Ação²⁹, uma organização da juventude voltada à fomentação de políticas públicas e tecnologia na pauta ambiental no Amazonas.

Ela também é ponto focal de Crianças e Juventudes da ONU, na América Latina e Caribe, através da Constituinte de Crianças e Juventudes em Comunidades Sustentáveis (CYCSC). Trata-se de um mecanismo formal da ONU que atua na implementação de medidas de avanço dos objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Nova Agenda Urbana na região Norte do Brasil.

Vitória explica que ocupar esses lugares é fruto de um trabalho árduo e de muita resistência. “Eu passo por duas principais

29 Disponível em: <<https://www.instagram.com/palmareslab/?ref=consciousbychloe.com>>.

lutas. Uma pelo bem viver ligada diretamente à justiça climática e outra por conta da identidade de gênero. Tem a questão de muitas vezes eu não ser validada e respeitada em espaços de decisão referentes ao clima como, por exemplo, nas Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP) da ONU”.

Na COP27, que aconteceu no Egito entre os dias 6 e 18 de novembro de 2022, Vitória não pôde utilizar seu nome social. “Tive que usar meu nome legal por conta de toda burocracia do governo do Amazonas”, relembra ela

Aprendendo com o Território

Foi a partir da vivência no bairro Zumbi dos Palmares que Vitória aprendeu a relacionar clima em tudo que via.



Vitória em sua primeira participação no Fórum Econômico de Davos em 2023.

Crédito: Reprodução/Redes Sociais

“Nasci nesse bairro em 1996. Era, pra mim, o melhor lugar do mundo. Sempre foi e continua sendo, até hoje, de muitas maneiras. Mas, quando eu fui crescendo, percebi que eu era uma pessoa demarcada por estar ali em uma periferia. Fiz de tudo pra mudar essa realidade”, conta Vitória

Dez anos antes da jovem nascer, várias famílias começaram a fundar o bairro por meio de invasões de terras em um terreno da igreja católica. Eram pessoas vindas das redondezas, expulsas pelo sistema desenvolvimentista da Zona Franca de Manaus construído sob a desculpa de “integrar para não entregar” durante a ditadura militar.

Na mesma época, o bairro também era ocupado por famílias como a de Vitória, vindas do Pará com o desejo de crescer com esse sistema. Muitas delas não tinham onde morar, a não ser ocupar o lugar que até hoje é o lar deles.

Fome, falta de estrutura, saneamento básico e pessoas morando em barracos com o medo de acordarem soterradas. Foi com essa realidade que Vitória cresceu. “Eu sei os problemas que tem no Zumbi. Por exemplo, falta água três vezes por semana. Sei onde tem famílias que não conseguem ter acesso à comida todos os dias. Isso porque não têm um emprego digno”, detalha a jovem.

De acordo com o relatório Ranking do Saneamento 2023 (SNIS 2021)³⁰, do Instituto Trata Brasil, há aproximadamente 10 anos, Manaus está entre as 20 piores cidades no ranking do saneamento básico.

Aos 13 anos, ela começa a se indignar com essa realidade. Começou a entrar em projetos sociais presentes no bairro, muitas vezes em troca de uma cesta básica para levar para casa e comer junto da mãe Ana Izabel Siqueira Pinheiros, de 49 anos, e do pai Edmilson Azevedo Galvão, de 50 anos.

30 Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio-Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf>.

Sempre com o apoio da mãe, ao entrar nesses projetos, começou a acessar oportunidades de educação e trabalho. Em abril de 2014, por conta dessas iniciativas, Vitória conseguiu o primeiro emprego como jovem aprendiz na Petrobras.

Cruzava todos os dias a cidade durante uma hora e meia para estudar na EETI Professor Djalma da Cunha Batista, localizada Avenida Rodrigo Otávio. “Uma das melhores escolas da capital do Amazonas”, diz ela orgulhosa.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para medir a qualidade do aprendizado nacional, a EETI tem um indicador escolar de 6,2 — ficando com um rendimento escolar de médio a alto.

Foi durante esses anos de escola que Vitória, junto a alguns colegas, fundou um grêmio estudantil. No mesmo período, ela também se envolveu na produção de um documentário sobre meio ambiente, permitindo que tivesse contato com o assunto.

“Nesse documentário, falamos sobre a poluição ambiental causada por igarapés contaminados”, conta ela. Igarapés são cursos de rios que cortam o meio urbano e a floresta amazônica, e estão sendo contaminados pelo processo de urbanização da capital Amazonense.

Na escola, Vitória também soube da existência da universidade pública, especialmente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A partir desse momento, soube medir o peso dos projetos sociais para que pudesse acessar esses espaços, mas ela sabia ao mesmo tempo que era preciso reconhecer que esses projetos tinham data de validade.

Vitória queria mudar essa realidade e impactar mais jovens, “mas como fazer algo que perdure?”, ela se perguntava. Descobriu que o remédio era política pública. Em 2016, passou no cur-

so de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com sede em Porto Alegre.

Com ajuda dos pais e do apoio estudantil oferecido pela universidade, Vitória viajou 4469 km para começar a graduação. “Eu cruzei literalmente o país, mas com muitos desafios principalmente porque eu sou a primeira da minha família a ter acesso à graduação. Minha mãe trabalhava como vigia da Samsung e meu pai era motorista de Uber.”

Fronteira, Identidade e Ativismo

“Foi durante toda essa mudança de cruzar fronteiras que eu assumi a minha transgeneridade”, conta Vitória. Com medo da não aceitação da família e do mau-olhado da vizinhança, a jovem viu na partida de Manaus e na chegada à nova realidade uma oportunidade de ser livre para ser o que sempre foi: uma mulher.

Hailey Kaas, mulher transgênero e pesquisadora em questões de gênero e sexualidades, explica que esse processo de descoberta de si mesmo acontece quando uma pessoa não se reconhece no corpo com o qual nasce.

“É um processo individual. Cada um sente quando é o tempo certo de se entender com o próprio corpo. Não existe só uma forma de ser transexual, são uma pluralidade de identidades. Quando se é jovem, é ainda mais desafiante se assumir como se sente por conta da própria família e a série de violências físicas e psicológicas impostas para essas pessoas que nascem com corpos com os quais não se identificam”, afirma.

Ao longo da entrevista com a pesquisadora também perguntei por que muitos corpos como o de Vitória não estão tão presentes na luta ambiental. Ela explica que, por conta da média de expectativa de vida dessas pessoas, a qual gira em torno de 35 anos, a sobrevivência é a principal luta.

“Quando nos assumimos muitas de nós somos expulsas de casa pelos nossos próprios pais. Enquanto estamos discutindo se conseguimos pagar nossas contas é muito difícil participarmos de outras frentes de militância porque precisamos comer. A sobrevivência é a nossa bandeira. Muitas vezes, corpos como o de Vitória se sentem sozinhos nessa caminhada por conta disso e porque a pauta ambiental também me parece muito branca e da classe média”, diz Kaas.

A descoberta de nascer com um corpo masculino, mas se reconhecer em um corpo feminino, fez Vitória entender mais ainda o lugar que queria ocupar na luta climática.

“Minha relação com o ativismo vem dessas questões porque meu corpo passa por isso. Eu percebo como parte prioritária da luta ambiental porque o meu corpo passava pela necessidade de ter acesso a moradia digna, tudo que não temos na periferia”.

Sem nenhuma família em Porto Alegre, Vitória morou durante os anos de graduação na casa estudantil da universidade. “Na época, a residência só tinha alojamento para 300 estudantes, mas era ocupado por 700”, conta ela.

A situação de Vitória mudou quando ela tentou mudar do curso de políticas públicas para o de desenvolvimento rural e perdeu os auxílios da universidade. “O curso de desenvolvimento rural é especial, então, ele não entrava nas mesmas regras da universidade. Por essa razão, esse curso não tinha direito às bolsas estudantis. Então, foi um processo bem difícil. Tentei entrar com um processo contra a universidade porque eu não sabia que isso poderia acontecer, mas não consegui resolver essa situação”, explica a jovem.

Sem os auxílios da universidade, em meio à declaração de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, em 2020, a situação de Vitória piorou. O sonho de concluir a graduação não foi possível.

“Chegou um momento no qual eu não conseguia me manter mais em Porto Alegre. Sem esses auxílios seria impossível permanecer no curso”, lembra.

Ainda com esperança, Vitória tentou fazer as provas de transferências externas de curso para entrar na Universidade de São Paulo (USP). Durante esse período, ela saiu de Porto Alegre e foi para São Paulo com o objetivo de fazer as provas.

“Eu passei na primeira fase, mas não passei na segunda”, diz ela. Mesmo não conseguindo entrar na USP, Vitória ainda passou um ano morando em São Paulo. “Eu passei esse tempo lá [SP] fazendo outras coisas. Durante esse tempo, eu também participei de um programa chamado ProLíder voltado para formação de líderes na política.”

Mas não foi só por conta disso, ela revela o porquê de não querer voltar para Manaus: “tinha uma resistência muito grande em voltar para Manaus. Sair do lugar em que eu nasci pra estudar já tinha sido muito difícil, mas também foi uma brecha que me permitiu ser quem eu sou.”

Com a falta de dinheiro, Vitória não teve saída. Precisou voltar para a capital amazonense. No regresso para casa, apesar do medo de não ser aceita pela família, encontrou no ativismo uma forma de ser quem era.

Com vontade de se aproximar dos coletivos da cidade que lutam contra as desigualdades sociais, começou a se envolver com a Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (Oela), uma organização que desenvolve projetos de cunho participativo, educacional e popular no bairro em que nasceu.

“Na volta pra casa, eu estava no processo de me aproximar desse tipo de organização. Também entrei na *Global Shapers*, uma iniciativa do Fórum Econômico Mundial, que busca liderar jovens de 20 a 30 anos nas mudanças positivas das suas comunidades”, explica Vitória.

Dentro do *Global Shapers*³¹, Vitória e outros jovens trabalharam em uma campanha para arrecadar dinheiro para famílias que estavam passando necessidade diante do cenário de pandemia em Manaus.

“Aí, nesse momento, eu começo a me perguntar: onde estava a juventude amazônica que não estava ajudando? Percebo que não estávamos mobilizados. Daí partiu a ideia de fundar a Palmares”, conta.

Palmares Laboratório-Ação

Em 2020, já inserida em espaços que falam sobre clima, Vitória começou a se articular com jovens ativistas do Amazonas, Pará, Amapá e regiões do Nordeste.

Com o lema “nosso Norte é o Nordeste, juntos no centro de tudo”, Vitória e essa juventude tornaram possível a fundação de um coletivo chamado Palmares, com o propósito de formar a juventude amazônica na pauta climática.

“A Palmares nasceu muito de sonhos coletivos e a partir da minha própria experiência que me permitiu ver que as periferias são comunidades que são assistidas, mas nunca estão causando suas próprias soluções”, detalha Vitória.

Agenda da Palmares estabelece, principalmente, a demanda por representatividade de corpos trans, negros, indígenas e periféricos em contextos de tomadas de decisão.

A jovem conta que a ideia de juntar o Nordeste e Norte veio da necessidade de formar uma organização com a juventude de ambas as regiões, para que pudessem elas mesmas falarem sobre os problemas que atingem suas localidades. “A organização nasceu com a visão de juventude amazônica. Como objetivo de

31 Disponível em: <<https://www.globalshapers.org/>>.

qualificar os debates sobre justiça climática, mas também de agendas que são cruciais para nós enquanto juventude amazônica. Não só uma visão de desenvolvimento, mas uma visão de país que parte da Amazônia e não como acontece usualmente de organizações que partem do Sul e do Sudeste”, explica a ativista.

A Palmares trabalha propondo formulação de políticas para avanço da justiça climática e social com foco nacional e internacional. Isso é feito, por exemplo, por meio de campanhas.

Durante a COP27, o coletivo promoveu uma campanha nas redes sociais com a hashtag Juventudes Amazônicas, na COP. O objetivo era levar os sete jovens, que participam do coletivo, não só para ocupar esse espaço, como também para poderem captar recursos.

Vitória chama atenção para a falta de verbas nesses coletivos e a dificuldade que as juventudes brasileiras passam para conseguirem estar presentes nessas conferências.

“Na minha primeira COP, que foi a que aconteceu na cidade de Glasgow, na Escócia, em 2021, precisei fazer publicações nas redes sociais, pedir doações. Esses espaços raramente te dão financiamento completo e quando acontecem são através de programas e bolsas que são muito específicos. Essas bolsas não contemplam as realidades das nossas juventudes.”

Enxergando seu próprio trabalho como tradutora das mudanças climáticas, Vitória relembra um momento da conferência.

“Estava na mesma sala com o ex-governador de São Paulo, João Doria. Ele estava anunciando R\$ 4 bilhões para despoluir o rio Tietê. E eu pensei: ‘nossa, como um bilhão poderia fazer diferença para essas organizações como a Palmares?’ Então, são lugares onde as pessoas estão com os meios, mas não estão com as ações que queremos propor para que as coisas realmente mudem.”

Organizações das juventudes como o coletivo fundado por Vitória não possuem fundos próprios e precisam se articular

para conseguirem recursos financeiros. Assim, “estar presentes nessas conferências é importante”, como diz a jovem, para dialogar com quem está destinando recursos a fim de maximizar os problemas gerados pelas mudanças do clima.

Em janeiro, quando ainda tentava marcar um horário para conversar com a jovem, ela estava no Fórum de Davos 2023, na Suíça, entre os dias 16 a 20, apresentando a agenda da Palmares para novas economias na transição energética.

“Estávamos nesse espaço para mostrar a nossa visão da Amazônia. Ela [Amazônia] não é somente ativos ambientais enquanto floresta, mas é também o lar de cinco milhões de pessoas. Essas pessoas são de comunidades diferentes e têm necessidades diferentes. Quando falamos de periferias urbanas, notamos que as cidades da Amazônia estão em contextos diferentes de outras cidades e metrópoles.”

De acordo com uma pesquisa inédita³² da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que identificou a vulnerabilidade à mudança do clima em 62 municípios localizados na região Amazônica, incluindo Manaus e região metropolitana. Todas poderão apresentar uma elevação acima dos 4°C, nos próximos 25 anos. Isso significa que os dias serão mais secos e mais quentes.

“Em Manaus, tem mais de dois milhões de pessoas. Só no meu bairro, Zumbi dos Palmares, moram mais de 70 mil pessoas. Então, precisamos de estruturas robustas para isso. E, ao mesmo tempo, quando estamos pensando em adaptação e mitigação de crise climática, podemos criar não só infraestrutura, mas soluções cabíveis para essa quantidade de pessoas. E esse é o sentido que nos faz se reunir enquanto juventude e querer fundar uma organização como a Palmares”, Vitória pontua.

32 Disponível em: <<https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/pesquisa-indica-mudancas-climaticas-na-regiao-amazonica/>>.

DAS VIVÊNCIAS NA PERIFERIA DE BELÉM A JOVEM LIDERANÇA CLIMÁTICA

Aos 29 anos, Waleska dos Santos Queiroz emerge como uma figura importante na periferia de Belém, capital do Pará. Desde os 18 anos, a jovem dedica parte da sua vida ao ativismo ambiental. Sua história, um retrato cronológico de busca por justiça climática, enquanto mulher preta, começa pelo lugar em que nasceu.

Criada no bairro da Terra Firme, entre becos e vielas em uma das regiões mais populosas da capital paraense, ela convive desde pequena com as consequências do racismo ambiental.

“Eu venho de um bairro da periferia. Algumas coisas aconteciam lá e eu não entendia o porquê, qual era o principal motivador daqueles alagamentos, daquelas chuvas intensas, daquele rio que transbordava. Me perguntava por que isso estava acontecendo principalmente com a gente da periferia. Percebi que tinha outras coisas envolvidas e a pauta climática estava relacionada com isso”, conta.

As estatísticas validam a realidade vivenciada por Waleska. Segundo o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidade³³”, do Instituto Polis, a distribuição dos riscos nas cidades revela uma triste verdade: é a população de baixa renda e afrodescendente que enfrenta a maior exposição a eventos climáticos como inundações, enchentes e deslizamentos de terra.

33 Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>>.

Em Belém, por exemplo, as 125 áreas de risco de inundação e desabamento ficam localizadas em regiões periféricas. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE³⁴, de 2010, nas áreas com situação de risco, a população negra soma 75% do total, enquanto a média geral de Belém é de 64%.

Construído por famílias que começaram a invadir o local em meados de 1940, o bairro de Waleska se enquadra nesses dados. A região é conhecida por estar próximo a áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá, além de ser “destino de aterros sanitários e lixões a céu aberto”, frisa a jovem.

O nome do local foi dado pelos próprios moradores em protesto às condições precárias que precisavam viver como à moradia em formato de palafitas, um modelo da habitação construído sobre rios e mangues.

A história de Waleska com essa região começou quando a mãe dela, Sarah dos Santos Queiroz, de 52 anos, chegou no bairro em 1992. “O local era muito afastado do centro de Belém e ficava às margens de um rio. Ninguém queria morar lá. Quando a minha mãe começou a morar no bairro era um local ocioso da Universidade Federal do Pará (UFPA), mas não tinha nenhuma estrutura. Só que na época, a minha mãe chegou a pagar um valor para morar e ali ela fez o nosso lar”, relembra a ativista.

Mãe solo, Sarah criou Waleska e a filha mais velha, Wanessa do Santos Queiroz, de 35 anos, em uma casa de palafitas durante 15 anos. “Nessa casa não tínhamos acesso a esgoto e muito menos água encanada”, conta Waleska.

34 Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=3&idnoticia=1766&t=censo-2010-populacao-brasil-190-732-694-pessoas&view=noticia>>.



Wanessa (irmã), Waleska e Sarah (mãe), da esquerda para a direita.

Créditos: Arquivo pessoal

Com as memórias que ainda restam da adolescência, a jovem relembra que em 2007 a mãe recebeu uma ordem de despejo do

governo e precisou ser remanejada para outro bairro porque a região em que moravam pertencia à UFPA.

“Eles chegaram [governo] na porta da nossa casa de surpresa com uma ordem de despejo em mãos. Éramos muito pobres. Minha mãe não tinha noção nenhuma de direito à moradia. Tivemos que sair, não teve jeito. Não consideraram nossa história com o território”.

A mãe de Waleska lembra desse momento com muita clareza. “Quando eu fui remanejada, eu senti muita tristeza porque eu já vivia há muito tempo nesse local e já estava cobrando material para construir uma casa de tijolos, mas aí veio essa notícia para acabar com esse sonho”.

Assim como a família de Waleska, outras 400 famílias também foram notificadas com ordens de despejo com a desculpa de que a região em que moravam ia ser usada para duplicar a Avenida Perimetral, que atravessa os bairros do Guamá e Terra Firme, para melhorar o trânsito da capital.

“Eles foram derrubando as casas e a minha foi uma das últimas a ser demolida. Na época, eu trabalhava na casa de família e minhas filhas precisavam ficar sozinhas em casa. E eu ficava agoniada com medo porque com a demolição muita gente ia pegar os tijolos e ferros das casas”, conta Sarah.

Waleska também se recorda que, naquela época, o governo se utilizou da justificativa de que precisava fazer essa obra para receber a 9ª edição do Fórum Social Mundial, na UFPA, realizado em 2009. O evento, que acontece anualmente, é organizado por movimentos sociais e sociedade civil que se propõe a subverter a lógica de globalização neoliberal.

“O único interesse deles era nos expulsar do local e cumprir com as obras que precisavam fazer. A duplicação da avenida foi justificada pelo fato de Belém sediar um fórum internacional. Essas oportunidades que chegam ao nosso território ignoram com-

pletamente a história daqueles que vivem lá, trazendo consigo uma forma de violência. Foi assim que afetou minha família.

Diante do ultimato imposto pelo governo, elas se viram diante de duas opções: ou receberiam uma indenização correspondente ao valor gasto na construção da casa em que moravam ou teriam direito a um auxílio aluguel até que uma habitação social fosse construída, sem uma data definida para a entrega.

Com a promessa de que receberia uma habitação social se saísse do local e um auxílio aluguel, a mãe de Waleska teve que aceitar sem reclamar. “Se tivéssemos aceitado a indenização não daria pra fazer nada porque a nossa casa era de madeira”, explica Waleska. “Esse processo de saída da Terra Firme até conseguir ter acesso à habitação social foi um processo que durou 10 anos”, completa.

Após uma década de espera, elas receberam um apartamento localizado no bairro da Terra Firme, mesma região em que moravam antes de receberem a ordem de despejo. Mas antes disso acontecer, Waleska faz questão de lembrar os anos de sufoco. “Começamos a receber auxílio aluguel de 400 reais e alugamos uma casa no bairro Guamá, próximo à Terra Firme, mas esse valor não era suficiente. Pagamos 800 de aluguel, minha mãe precisou se virar. Vivemos no aperto durante 10 anos”.

Apesar de ter sido contemplada com uma habitação social pelo governo, Waleska revela que o apartamento estava inacabado e ainda permanece até hoje nessa situação. “Minha família reside em uma habitação social inacabada, localizada às margens de um rio que é constantemente poluído por lixo. Convivi com episódios frequentes de alagamentos nesta região. Em minha casa, a água encanada não chega. Precisamos utilizar uma bomba para garantir o acesso à água.”

“Carreguei muitos baldes de água na cabeça”

É com essa memória que Waleska relembra os anos de estudos no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, no campus da UFPA. “Dentro da universidade, em várias ocasiões, eu e minha mãe tínhamos que carregar baldes de água para suprir nossas necessidades. Essas experiências despertaram em mim a busca por compreender os motivos por trás dessa realidade. Foi a partir desse momento que comecei a compreender que estava enfrentando uma forma de racismo ambiental, algo que permeou minha infância e persiste até hoje”, afirma Waleska.

Essa realidade não é exclusiva de Waleska e sua família. No estudo “O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira”³⁵, do Instituto Trata Brasil e BRK Ambiental, apontou que em 2016, 15,2 milhões de mulheres declararam não receber água tratada em suas moradias e 26,9 milhões moravam em residências sem esgotamento sanitário adequado. Já, em Belém, segundo o Painel Saneamento Brasil (2019), 84,2% da população não tem coleta de esgoto e 28,5% não têm acesso à água tratada.

Apesar de começar a entender os problemas técnicos da falta de saneamento básico e a mobilidade urbana nas periferias dentro da universidade, só foi diante da experiência de ser remanejada e a vivência na periferia que ela pôde chegar a conclusão: “todos estão vivendo a mesma tempestade [em relação às mudanças climáticas], mas não no mesmo barco”.

Aos 18 anos, com todas essas vivências, Waleska sentiu a necessidade de se envolver com grupos que falavam sobre clima. “Meu ativismo surgiu a partir de uma oportunidade que eu tive

35 Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_Completo_-_2022.pdf>.

de participar de um programa chamado Minha Empresa. Esse programa discutia a questão do empreendedorismo sustentável e a importância do meio ambiente. Essa foi a porta aberta que encontrei para entender mais sobre o tema e que me mostrou que era com a pauta ambiental que queria trabalhar”, diz ela.

Waleska também começou a entrar em organizações sem fins lucrativos e trabalhos voluntários, mas só foi em 2021 que seu engajamento com instituições relacionadas com a pauta climática começou através da Rede Jandyras.

Entrada na Rede Jandyras

Foi por meio de uma formação em sistematização de dados, em julho de 2021, que Waleska entrou para a Rede Jandyras³⁶. Hoje, formada por 30 mulheres de Belém, a iniciativa surgiu do desejo de discutir os efeitos da crise climática na cidade.

Na época, a formação reunia mulheres de 18 a 35 anos da Região Metropolitana de Belém em um curso online para aprender e falar sobre justiça climática. Por meio de atuações que incluem ciclismo, urbanismo e meio ambiente, elas passaram a monitorar e a propor soluções para os danos ambientais enfrentados pela cidade onde moram.

“Essa formação tinha o intuito de chamar as mulheres para o debate de mudanças climáticas e fazer com que essas lideranças da cidade de Belém pudessem incidir politicamente dentro de espaços de política voltada para meio ambiente e pauta climática”, conta Waleska.

Com a formação, a jovem entrou para a rede e construiu, junto a outras lideranças, uma agenda climática para a capital paraense, com propostas para infância, habitação, saneamento básico

36 Disponível em: <<https://redejandyras.org/>>.

e mobilidade. No momento, a principal demanda da rede é um Fórum Climático, para debater e propor mais ações.

Foi a partir dessa oportunidade que Waleska pôde trabalhar mais ativamente com o ativismo climático.

Dentro da rede, Waleska foi cuidar da parte *advocacy* climático, um tipo de atividade que trabalha com estratégia que vai desde identificação ao mapeamento do problema, passando pela estratégia e preparação, chegando até à ação e a divulgação de ações que possam combater de alguma maneira às mudanças do clima. “Fui atuar no *advocacy* justamente para reivindicar um fórum de mudanças climáticas para Belém. Essa campanha pelo fórum nasceu porque entendemos que vivemos em um território ameaçado pelas mudanças climáticas e isso cientificamente já está comprovado. Belém, em 2050, pode ficar submersa”, explica Waleska.

Após uma intensa mobilização por meio de campanhas e ocupações frequentes na Câmara Municipal da capital, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades políticas para a importância da criação de um fórum climático, Waleska e outras mulheres da rede obtiveram um importante avanço. Elas conseguiram a assinatura de uma carta compromisso por parte de oito vereadores. “Garantimos essas assinaturas para que nossa agenda não fosse ignorada. Os vereadores assumiram o compromisso de implementar a agenda climática proposta pela nossa rede, com ênfase especial na criação do fórum climático em nossa cidade.”

No dia 14 de setembro de 2022, “conseguimos instalar a primeira sessão para falar sobre mudanças climáticas”, diz ela. Contando com apoio do Observatório da Costa Amazônia (OCA), a rede e outros órgãos ambientais defenderam a necessidade de um Fórum destinado para que a população falasse sobre o assunto.

Durante a sessão, que durou cerca de duas horas, a professora da Faculdade de Oceanografia da Universidade Federal do

Pará (UFPA) e integrante do OCA Sury Monteiro foi uma das muitas pessoas que apoiaram a iniciativa da rede. “É preciso que não apenas os cientistas, mas também a população tradicional, as comunidades ribeirinhas, com a expertise que possuem, sejam parceiras das universidades desse monitoramento para a tomada de medidas de mitigação”, alertou Sury.

A partir dessa experiência, Waleska conta que pôde compreender o papel de liderança que tinha quando o assunto era clima. “A sessão especial na Câmara foi tomada por pessoas da sociedade civil, lideranças ambientais e pessoas que estavam lutando pela nossa sobrevivência. Foi um momento inovador porque até o momento nenhuma organização da sociedade civil tinha feito isso em Belém. Depois desse dia, entendemos que éramos uma liderança local”, explica Waleska.

Contando com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (SEMMA), Waleska e a rede esperam os próximos passos para a instalação do Fórum. “Estamos trabalhando diretamente com a SEMMA na construção de uma minuta para que o Fórum seja institucionalizado e aconteça todos os anos. No momento, estamos esperando que o prefeito assine essa minuta de decreto. E, enfim, o Fórum comece a funcionar”.

Apesar de não saber se verá o Fórum ser realmente institucionalizado, Waleska tem a certeza de que está abrindo caminhos para os próximos ativistas climáticos. “Hoje, eu reivindico um fórum para Belém, mas talvez eu não veja ele acontecer e não faça parte. Eu sei que estou preparando um caminho para as próximas gerações de ativistas climáticos que assim como eu vem da periferia”, diz Waleska.

“As minhas referências são de Belém”

Atualmente, sendo reconhecida como uma jovem liderança do século XXI após ter se formado pela *Youth Climate Leaders* (YCL)³⁷, uma organização que capacita jovens a atuarem na área climática, Waleska compartilha a importância de se inspirar em mulheres de seu próprio território para se tornar quem é hoje. “Então minhas referências não vêm de fora. As minhas referências vêm de Belém e vem também de mulheres pretas que estão inseridas na pauta porque eu acho muito importante que a gente tenha esse recorte interseccional de raça e gênero quando a gente fala de mudança de climáticas”, afirma Waleska.

É em figuras da juventude como a maranhense Karina Penna, ativista pela justiça climática, e Amanda Costa, uma das perfiladas neste livro, que Waleska se vê representada e não em jovens ativistas como a ambientalista Greta Thunberg. “Apesar de reconhecer o papel importante de Greta Thunberg, não é nela que me vejo representada porque eu sei que quando estou falando da pauta climática estou abordando mulheres negras e periferias. São nelas que eu me enxergo”.

37 Disponível em: <<https://www.redeycl.org/>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu e os perfilados deste livro temos muito em comum. Além de carregarmos o preto na nossa pele, com diferentes tonalidades, também somos os primeiros da família a chegarmos ao ensino superior.

Uma pesquisa³⁸ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2020, mostrou que apesar do aumento de pessoas negras nas universidades, apenas 18% dos jovens negros de 18 a 24 anos estão cursando o ensino superior. Entre os jovens brancos o número sobe para 36%.

Carregamos o fardo, as dores e os frutos de sermos os primeiros em quase tudo na vida. Moramos nas periferias dos grandes centros do país. Vivemos em prol de mudarmos nossas realidades e dos que nos cercam.

Falar sobre eles também é falar sobre mim. Ao longo do curso de jornalismo e a partir das minhas vivências nos diferentes lugares em que trabalhei, pude chegar à conclusão de que gosto de falar e escrever matérias que perpassam recortes da pauta ambiental apesar de não ser uma jovem ativista climática.

O título desse livro foi escolhido para chamar atenção e mostrar que jovens negros são tão importantes quanto Greta Thunberg. Eles existem nas diversas periferias do Brasil e lidam todos os dias com racismo ambiental.

Cheguei à conclusão de que a mídia, especialmente a brasileira, ao colocar nos ombros da jovem sueca o título de representante máxima da juventude no combate ao aquecimento global e

38 Disponível: <https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=807&Itemid=106>

contra às mudanças climáticas, acaba mais uma vez colocando a luta preta à margem, como se ela não fosse crucial para falar sobre o clima. O nome disso, como bem pontuou a especialista em Justiça Ambiental Ana Cláudia Sanches é “racismo mais uma vez”.

Enquanto não reconhecermos a importância de colocar nas mesas de decisões a juventude preta e o movimento negro no Brasil, qualquer tentativa de frear às mudanças climáticas será um fracasso.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. *O Ecologismo dos Pobres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007, 2ª ed.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. São Paulo: Ática, 1997, 10ª ed.

HERCULANO, Selene. “Racismo Ambiental, o que é?”. Disponível em: <https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

HERCULANO, Selene. *O Clamor Por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental*. 2008. Disponível em: <<http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/interfacehs/wpcontent/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

LOPES, Arthur Sérgio. “Juventude, Território e Ativismos nas Periferias da Metrópole: Notas sobre uma Pesquisa”. *Revista Brasileira de Geografia Econômica*. Rio de Janeiro, 2017, Ano VI, n.II. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/3043>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

LOUBACK, Andréia Coutinho (org.) *Quem Precisa de Justiça Climática no Brasil?* Observatório do Clima. 2022. Ebook. Disponível em: <<https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>>. Acesso em: 16 fev. 2023

CARRAPITO, Anna et al. *Para que Justiça Climática? The Climate Reality Project*. 2022. Ebook. Disponível em: <<https://www.climate-realityproject.org.br/post/est%C3%A1-dispon%C3%ADvel-o-e-book-para-que-justi%C3%A7a-clim%C3%A1tica>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

COUTINHO, Andréia. *Justiça Climática*. ClimaInfo. Ebook. Disponível em: <https://climainfo.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Apostila_JusticaClimatica_final.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ROBINSON, Mary. *Justiça Climática*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2021.

CASTELLS, Manuel. “O ‘Verdejar’ do Ser: o Movimento Ambientalista”. In: *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. II. 1999.

SOUZA, Marcelo de Lopes. *Ambientes e Territórios: Uma Introdução à Ecologia Política*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2019.

